

AGENDA CIDADES MILLENNIUM

**50 IDEIAS PARA UMA GESTÃO
MUNICIPAL DE IMPACTO**

AGOSTO 2024





ÍNDICE

Apresentação	04
Autores	05
Equipe	06
Agradecimentos	07
Nossas lideranças	08
Nossa realidade	11
Nossas equipes	13
Nossas finanças	16
Nossos contratos	18
Nossa cidade digital	21
Nossos lares	24
Nossa mobilidade	27
Nossos espaços comuns	29
Nosso meio ambiente	32
Nossas águas	36
Nossos parques	38
Nossa saúde	40
Nossas escolas	43
Nossa gente	46
Nossa segurança	49

APRESENTAÇÃO

A cidade é onde as pessoas vivem, interagem e se reconhecem como cidadãos. É a organização política mais antiga e que atravessou os séculos em razão das fortes conexões que a proximidade traz e que a necessidade de resolver demandas práticas impõe. Prefeitos são lideranças que resolvem problemas. Sua atuação deve ser mais pragmática do que ideológica. Afinal, os problemas estão ali, muito próximos, vivos, presentes. É a merenda escolar, a fila no posto de saúde, o buraco na pavimentação.

A verdade é que, como entes políticos descentralizados, de base territorial menor e maior contato com a população, os municípios desempenham um papel fundamental na implementação eficaz de políticas públicas e na consolidação da legitimidade democrática. Eles são o núcleo onde as interações sociais, econômicas e culturais ocorrem mais intensamente. Por esta razão, a administração municipal tem a capacidade de adaptar e executar políticas de forma mais ágil, customizada e responsável, fortalecendo assim a confiança nas instituições.

A boa gestão pública nas cidades requer o uso de técnicas administrativas avançadas e baseadas em dados e evidências. Decisões sustentadas em informações precisas são cruciais para a alocação eficiente de recursos e para a implementação de políticas que realmente atendam às necessidades da população. A transparência e a prestação de contas são igualmente importantes, garantindo que os cidadãos possam avaliar e influenciar as ações dos seus governantes.

A Agenda Cidades Millenium não pretende ser um documento exaustivo, que liste todas as possíveis recomendações para o gestor municipal e esgote em profundidade cada um dos temas. Nosso objetivo é oferecer um guia prático e orientado para a execução, que possa auxiliar prefeitos, secretários, vereadores e lideranças municipais na sua trajetória administrativa. Esperamos que as ideias aqui apresentadas sirvam como um ponto de partida para ações concretas que melhorem a qualidade de vida das pessoas. Juntos, podemos construir cidades mais justas, prósperas e livres, onde cada indivíduo tenha a oportunidade de escrever sua história e alcançar seu pleno potencial.



Wagner Lenhart

Diretor Executivo

AUTORES



ÁUREA REGINA FRANCO DE CARVALHO

É Gerente de Sustentabilidade no Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Possui mestrado em Práticas de Desenvolvimento Global, com especialização em Política Ambiental e Desenvolvimento Internacional, ambos obtidos na Harvard Extension School. Possui também micromaster em Dados, Economia e Política de Desenvolvimento, pelo MITx, MBA em Finanças pelo IBMEC e é graduada em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro.



MARCOS RICARDO DOS SANTOS

Mestre em Urbanismo (UnB) e Mestre em Economia (OMMA Business School Madrid / Espanha); especialista em Gestão de Assuntos Públicos (PUCPR); graduado em Comunicação Social - Jornalismo (UFPR). Atuou profissionalmente em organizações como Gazeta do Povo, Superinteressante, Radiobras, STF e ONU. É servidor público federal desde 2011, atuando como Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos ministérios de Esporte, Educação, Comunicações, Planejamento, Economia e Gestão, como um dos líderes do processo de transformação digital do governo brasileiro (Gov.br). É autor dos livros Vouchers na Educação: o pobre e o rico na mesma escola (2019) e Cidades Dinâmicas: um guia para intervenções urbanas economicamente sustentáveis (2024).

EQUIPE

Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr.

Presidente do Conselho de Governança

Wagner Lenhart

Diretor Executivo

Priscila Chammas

Gerente de Conteúdo e Mídias Sociais

Rafael Leite

Pesquisador Associado

Débora Nunes dos Santos

Gerente de Operações

Nayara Regina Lima

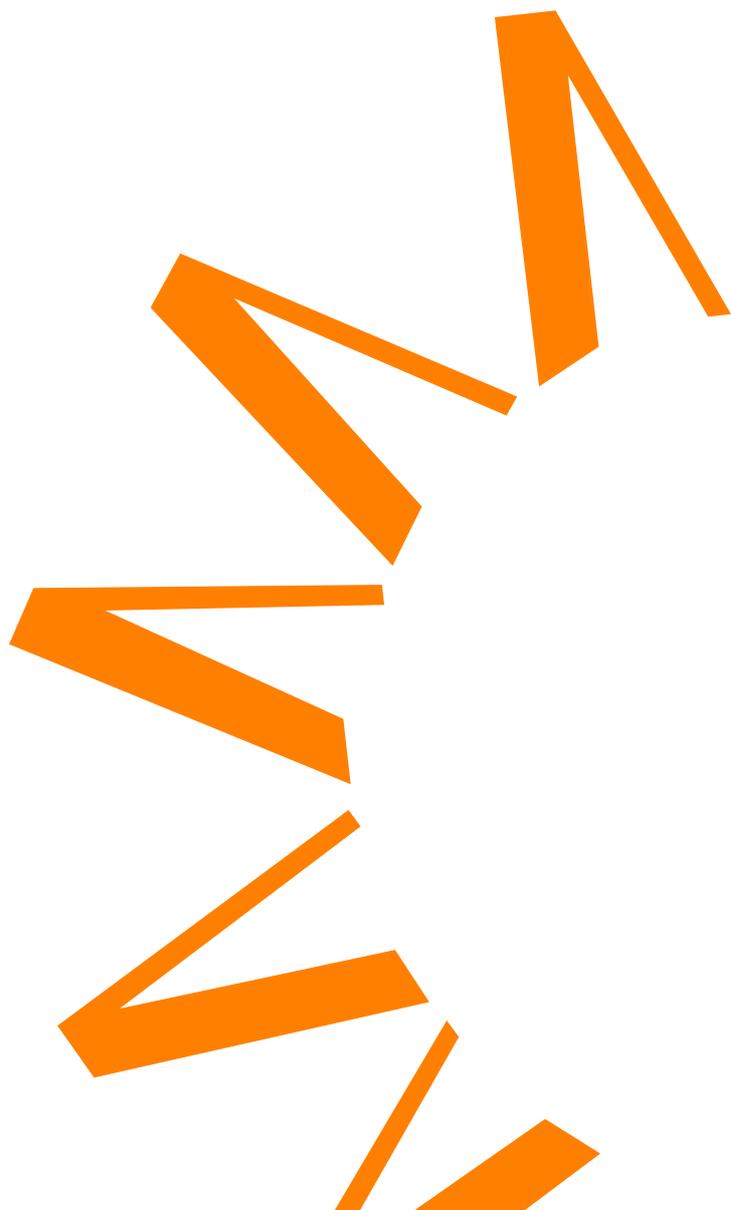
Coordenadora Administrativa e Financeira

Caio Santos

Designer Gráfico

Ingrid Mariano

Analista de Conteúdo e Comunicação



AGRADECIMENTOS

Este documento é um guia de soluções de autoria do Instituto Millenium. Os especialistas que contribuíram foram fonte de consulta e inspiração, mas as recomendações constantes no guia não necessariamente refletem seus posicionamentos, sendo responsabilidade exclusiva do Instituto. Pelas diversas contribuições que tivemos ao longo da construção deste material, gostaríamos de expressar nossa sincera gratidão a todas as pessoas envolvidas:

A Áurea Regina Franco de Carvalho e Marcos Ricardo dos Santos, pela condução das entrevistas com os especialistas consultados e pela pesquisa dedicada e minuciosa das soluções mais inovadoras e relevantes na gestão das cidades.

A Anthony Ling, Bruno Filardi, Fernando Pieroni, Fernando Schuler, Luana Pretto, Laura Müller Machado, Luciana Fonseca, e Pedro Portes, por suas contribuições ao longo do processo de desenvolvimento deste documento.

A Diogo Godinho Ramos Costa, cuja idealização e visão estratégica foram fundamentais para a criação do material.

Aos Conselheiros e Mantenedores do nosso Instituto, pelo apoio institucional contínuo, financiamento e orientação estratégica, que possibilitam a materialização de projetos transformadores como esta Agenda.

E a toda nossa equipe, por transformarem este projeto em uma realização concreta do nosso think tank.



NOSSAS LIDERANÇAS

No caminho entre o que os prefeitos desejam entregar para a população e sua implementação, há uma série de desafios burocráticos. A escolha das equipes, especialmente do primeiro escalão, é fundamental para conduzir a agenda governamental e realizar as entregas desejadas.

Agenda para a segunda-feira após a eleição

1. PRIORIZAR A FORMAÇÃO DE EQUIPES:

Escolher secretários e gestores-chave, priorizando a competência técnica, a integridade e o alinhamento com a visão do prefeito para a cidade.

Como fazer:

a) Liderança: nomear um coordenador geral responsável pela supervisão de todos os processos de seleção e capacitação, garantindo que as diferentes equipes trabalhem de forma integrada, sob os mesmos princípios e diretrizes.

b) Seleção de talentos: a seleção de talentos para preenchimento dos cargos gerenciais deve ocorrer por meio de um processo aberto e transparente, sinalizando ao meio político e à sociedade o compromisso com o interesse público, por meio de uma gestão

profissional.

c) Dinâmica de alinhamento: antes do início do mandato, é importante realizar um encontro com o time de liderança escolhido para alinhar e pactuar a forma de atuação, os objetivos, os valores, a maneira como o trabalho será conduzido e as formas de cobrança de entregas.

d) Capacitação e desenvolvimento: oferecer treinamento e capacitação para os membros da equipe de governo, garantindo que estejam preparados para enfrentar os desafios da administração municipal.

e) Transferência de conhecimento: estabelecer um time de transição para realizar uma análise técnica e não ideologizada de todo o material disponível, buscando entender o que se fez na gestão que está se encerrando, para

poder aproveitar o que estiver funcionando e ajustar o que não estiver indo bem, de modo a potencializar a capacidade de realização do município, sem desperdiçar boas iniciativas em curso.

f) Autonomia da equipe: fomentar a autonomia dos gestores selecionados,

permitindo que eles tomem decisões relevantes, de modo que se sintam respaldados pelo prefeito perante públicos de interesse da gestão. É importante que todos os *stakeholders* percebam que a equipe do primeiro escalão do governo está respaldada e é responsável pelas decisões relativas aos assuntos sob sua gestão.

Agenda de legado

2. ESTRUTURAR PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO BASEADO EM RESULTADOS:

Implementar um sistema de avaliação de desempenho contínuo das lideranças, baseado em metas e resultados claros, para garantir a eficiência e eficácia da equipe de governo, dando o exemplo para o restante da administração.

Como fazer:

a) Gestão por resultados: elaborar e estruturar processo de avaliação de desempenho baseado em resultados.

b) Definição de metodologia: estabelecer critérios e indicadores claros de desempenho, baseados em metas específicas e em resultados mensuráveis.

c) Liderança: identificar e indicar um profissional qualificado para liderar a tarefa de estruturar o processo de avaliação de desempenho baseado em resultados, em apoio à gestão.

d) Criação de um plano de avaliação: desenvolver um cronograma regular para avaliações (trimestrais, semestrais, anuais) que permita acompanhamento e ajustes contínuos.

e) Treinamento: oferecer treinamento aos gestores sobre como conduzir avaliações de desempenho de forma justa e eficaz.

f) Pactuação: definir claramente com a equipe as metas e resultados esperados, sob quais critérios de qualidade;

g) Retorno contínuo: discutir os resultados das avaliações e integrar os feedbacks recebidos para melhoria contínua.



3. FORMALIZAR EXIGÊNCIA DE CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA OCUPAÇÃO DE CARGOS DE LIDERANÇA:

Propor lei ou decreto municipal instituindo critérios mínimos para a ocupação de cargos de liderança no governo e condições de preenchimento pelos indicados, bem como assegurando transparência na aplicação desses critérios.

Como fazer:

a) Elaboração da proposta: criar um grupo de trabalho com representantes das áreas jurídicas e de gestão de pessoas para desenvolver a proposta de lei ou decreto, estabelecendo critérios objetivos, como qualificações acadêmicas e experiência profissional.

b) Transparência no processo: criar um portal de transparência para publicação das vagas, critérios de seleção e resultados das seleções.

c) Monitoramento: avaliar a aplicação dos critérios e a eficácia dos líderes nomeados, adaptando o decreto, caso necessário.

NOSSA REA LIDA DE

Diagnósticos abrangentes são a base para a boa tomada de decisão. Como pode levar tempo até serem concluídos, é essencial que se iniciem logo no começo do mandato.

Agenda de 100 dias

4. PLANEJAR E EXECUTAR DIAGNÓSTICO COMPLETO DA SITUAÇÃO MUNICIPAL:

Iniciar a realização de um diagnóstico abrangente da situação da cidade, incluindo aspectos relativos a finanças municipais, infraestrutura, serviços públicos, saúde, educação, segurança, entre outros. Apresentar um relatório detalhado à sociedade, com os resultados do diagnóstico e compromissos específicos para melhorias.

Como fazer:

- a) **Criação de uma equipe de coordenação:**
 - I. **Liderança:** nomear um coordenador-geral responsável pela supervisão de todos os diagnósticos, garantindo que as diferentes equipes trabalhem de forma integrada e cumpram os prazos estabelecidos.
 - II. **Equipes:** formar equipes de trabalho específicas para cada área



(finanças municipais, infraestrutura, serviços públicos, saúde, educação, segurança etc.) compostas por técnicos municipais e consultores externos (quando e se identificada a necessidade).

b) Definição de metodologias e prazos:

I. Metodologias comuns:

estabelecer metodologias padronizadas para a coleta de dados, análise e elaboração de relatórios, facilitando a comparação e integração dos resultados.

II. Cronograma detalhado: gerenciar a iniciativa como um grande projeto, desenvolvendo um cronograma que percorra metas e marcos intermediários, a fim de garantir que a maioria dos diagnósticos sejam concluídos nos primeiros 100 dias e, aqueles com maior complexidade, até o final do primeiro ano da gestão.

c) Engajamento e integração:

I. Comunicação transparente:

manter a sociedade informada sobre os progressos por meio de relatórios periódicos, comunicados de imprensa e uso de plataformas online.

II. Eventos de integração: realizar workshops regulares nos quais as equipes possam compartilhar seus avanços e discutir a integração dos dados coletados, buscando sinergias entre as diferentes áreas.

d) Integração de informações e análise dos resultados:

I. Relatório final integrado: elaborar um relatório final integrado que apresente uma visão completa da situação da cidade e proponha um plano de ação coeso e intersetorial para as melhorias necessárias, servindo como base dos compromissos a serem pactuados com a sociedade.

II. Estrutura de dados e informações: estabelecer uma arquitetura de dados moderna e integrada, junto com uma interface amigável de acompanhamento e painel de controle municipal, onde os gestores possam buscar em tempo real as

informações, e facilitando trabalhos futuros de diagnóstico e análise.

Agenda de legado

5. CAPACITAR E GARANTIR A TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO:

Implementar um programa estratégico de capacitação para técnicos municipais, visando assegurar a continuidade das iniciativas de diagnóstico e monitoramento. Promover uma cultura de ação baseada em evidências, com foco em transformação digital e governança de dados. Produzir documentação detalhada e manuais de procedimentos para garantir a replicação e manutenção das práticas a longo prazo.

Como fazer:

a) Treinamento de equipes locais:

garantir que os técnicos municipais recebam treinamento e capacitação para dar continuidade às iniciativas de diagnóstico e monitoramento após a conclusão do trabalho das eventuais consultorias externas, estabelecendo uma cultura de ação baseada em evidências e de uso dados na tomada de decisões. Temas como transformação digital, governança de dados e modelos de gestão baseados em dados são importantes para capacitar a equipe com uma visão voltada para entregas eficazes.

b) Documentação e manuais:

produzir documentação detalhada e manuais de procedimentos para assegurar que as práticas implementadas possam ser replicadas e mantidas a longo prazo.

c) Parcerias estratégicas:

firmar parcerias com instituições de ensino, organizações especializadas e empresas de tecnologia para fornecer treinamentos avançados e atualizados aos servidores municipais. Essas parcerias facilitarão o acesso a conhecimentos de ponta e inovações, assegurando que a gestão municipal se mantenha à frente nas melhores práticas e técnicas de administração pública.

NOSSAS EQUIPES

Modernizar as carreiras públicas, racionalizando a gestão de pessoas. Desde os planos de carreira à previdência dos servidores, é fundamental que a cidade conte com colaboradores alinhados aos interesses do município. É importante haver incentivos para que os servidores ampliem a produtividade, a qualidade e a relevância de suas entregas no trabalho, de forma permanente.



Agenda de 100 dias

6. REALIZAR MAPEAMENTO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO:

Construir um mapeamento detalhado da estrutura organizacional para identificar áreas de melhoria e reduzir a burocracia, buscando maior eficiência dos processos administrativos, a partir de estruturas mais horizontalizadas e menos hierárquicas, de forma a promover uma melhor comunicação interna e a reduzir a fricção burocrática. Esse mapeamento permite uma análise das necessidades do município e a proposta de uma nova estrutura organizacional que seja mais eficaz e orientada a resultados.

Como fazer:

a) Análise da legislação: revisar a legislação e os regulamentos que estabelecem a estrutura administrativa vigente do município, de forma a garantir conformidade com leis e políticas locais, estaduais e federais.

b) Análise da estrutura administrativa: documentar a estrutura organizacional existente, incluindo todos os departamentos, unidades e suas funções, incluindo uma avaliação sobre eficiência e eficácia da estrutura em vigor, identificando áreas de sobreposição, redundância e oportunidades de melhoria.

c) Oportunidades de racionalização: analisar as áreas nas quais a burocracia pode ser reduzida e os processos simplificados, a partir da identificação de funções que podem ser consolidadas ou eliminadas para melhorar a eficiência.

d) Desenho de nova estrutura: propor uma nova estrutura organizacional mais horizontalizada e menos hierárquica, focando na criação de uma estrutura voltada a resultados, com clara definição de responsabilidades e linhas de comunicação eficientes.

7. REALIZAR MAPEAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS:

Realizar um mapeamento detalhado das carreiras, padrões de salário, estrutura de progressão e a situação dos servidores, possibilitando uma visão clara das necessidades e capacidades do quadro de pessoal – o que, em suma, representa a capacidade do município de realizar políticas públicas.

Como fazer:

a) Equipe de condução: estabelecer uma estrutura especializada para conduzir o mapeamento das carreiras, protegida de influências ou pressões externas, de modo a preservar o sigilo e a sensibilidade do trabalho, com vistas a minimizar os riscos de que os servidores do município fiquem temerosos com o processo ou que criem falsas expectativas sobre os resultados esperados.

b) Análise da legislação: revisar as leis e regulamentos que governam as carreiras dos servidores públicos municipais, identificando barreiras, controles e restrições legais, bem como oportunidades de melhorias legislativas.

c) Análise de padrões de salário e progressão: conhecer, analisar e documentar os padrões de salário, estrutura de progressão, total de efetivos disponíveis, afastados e servidores próximos à aposentadoria, incluindo avaliação sobre políticas de remuneração e progressão para identificar áreas e possibilidades de melhoria.

d) Visão geral de carreiras: criar um panorama detalhado e transparente das carreiras e da estrutura de pessoal da Prefeitura, identificando lacunas e oportunidades de desenvolvimento, considerando as necessidades imediatas e futuras.

e) Órgão central de gestão de pessoas: estabelecer ou fortalecer um órgão central e estratégico responsável pela gestão de pessoas, com foco em recrutamento, desenvolvimento e retenção de talentos, que promova políticas

e práticas de gestão de pessoas de forma profissionalizada e alinhadas com os objetivos do município.

Agenda de legado

8. IMPLEMENTAR E INSTITUCIONALIZAR PROCESSO TRANSPARENTE PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL E PARA SELEÇÃO DE TALENTOS PARA POSIÇÕES GERENCIAIS:

Realizar uma seleção de talentos para posições gerenciais e intermediárias com o intuito de buscar uma administração pública moderna e eficaz, institucionalizando um processo de seleção transparente e baseado em mérito, de forma a assegurar que os melhores candidatos – com as competências e experiências necessárias – sejam escolhidos para ocupar cargos estratégicos. Além disso, promover a revisão e racionalização das carreiras públicas, eliminando promoções automáticas e implementando incentivos para produtividade e aperfeiçoamento contínuo, a fim de aumentar a confiança pública na administração municipal.

Como fazer:

a) Definição de critérios: estabelecer critérios claros, objetivos e transparentes para a seleção de talentos, incluindo qualificação, experiência, competências técnicas e comportamentais, divulgando-os amplamente.

b) Relacionamento institucional: discutir e validar os critérios definidos por meio de uma estratégia de relacionamento institucional com os principais *stakeholders* do município em questões trabalhistas, tais como líderes internos, sindicatos e outros, a fim de diminuir possíveis áreas de conflito.

c) Seleção aberta e competitiva: utilizar processos de seleção abertos e competitivos, tanto para posições exclusivas de servidores quanto para cargos de livre nomeação, buscando sempre ampliar a concorrência e atrair

candidatos qualificados, garantindo que todas as etapas do processo sejam transparentes e acessíveis, se possível, incluindo uma comissão avaliadora independente.

d) Capacitação e treinamento:

implementar um programa de recepção e treinamento para integrar os novos gerentes e intermediários na administração municipal, ofertando oportunidades contínuas de desenvolvimento profissional para fortalecer suas competências ao longo do tempo.

e) Transparência em processos internos:

propor, no âmbito de promoção e progressão de servidores, revisões nos planos de carreira, para eliminar promoções automáticas baseadas apenas no tempo de serviço e ampliar incentivos para aumentar a produtividade e o comprometimento dos servidores, inclusive com oportunidades de ocupação de cargos de liderança, a partir de processos internos de seleção transparentes e despersonalizados.

f) Institucionalização de processo seletivo:

formalizar o processo de seleção, incluindo nas políticas, normas e regulamentos internos do município, a fim de assegurar que a profissionalização de processos seletivos seja aplicada consistentemente nas seleções futuras.

9. ESTRUTURAR UM PLANO DE PREVIDÊNCIA EFICIENTE E SUSTENTÁVEL PARA O MUNICÍPIO:

Elaborar um diagnóstico detalhado da situação da previdência municipal, considerando-o como componente vital para garantir a segurança financeira dos servidores públicos aposentados, e estruturar um plano de previdência que seja sustentável a longo prazo, oferecendo benefícios adequados aos servidores enquanto mantém o equilíbrio fiscal do município.

Como fazer:

a) Análise da situação: realizar um diagnóstico completo da situação dos planos de previdência do município, incluindo ativos,

passivos e projeções futuras, identificando os principais desafios e áreas de vulnerabilidade.

b) Revisão de legislação: revisar as leis e regulamentos que regem os planos de previdência municipais, observando características, limitações, oportunidades de melhoria, em conformidade com as normas e melhores práticas estabelecidas.

c) Plano de sustentabilidade financeira:

elaborar um plano detalhado para garantir a sustentabilidade financeira do fundo de previdência a longo prazo, incluindo estratégias para aumentar a arrecadação, otimizar investimentos e controlar gastos.

d) Transparência e prestação de contas:

estabelecer mecanismos claros de transparência e prestação de contas para a gestão dos fundos de previdência, com auditorias regulares e divulgação pública de resultados, de forma a promover a confiança dos servidores e da comunidade.

e) Monitoramento:

estabelecer um sistema de monitoramento contínuo para avaliar o desempenho do plano de previdência, realizando ajustes conforme necessário para responder a mudanças econômicas, demográficas e outras condições.

NOSSAS FINANÇAS

O funcionamento eficiente das políticas públicas municipais depende diretamente da saúde financeira da prefeitura. Uma gestão fiscal responsável não apenas garante o desenvolvimento urbano e a qualidade dos serviços públicos, mas também protege a capacidade do município de honrar compromissos contratuais e a folha de pagamento, além de promover um ambiente econômico estável para o crescimento local.

Agenda de 100 dias

10. REALIZAR UMA AUDITORIA FINANCEIRA ABRANGENTE DO MUNICÍPIO

Liderar um processo inicial de auditoria financeira, a partir da designação de uma equipe especializada, do estabelecimento de metodologias padronizadas, de um compromisso público com a transparência e do início de uma revisão normativa para modernizar e simplificar as regras tributárias municipais.

Como fazer:

a) Liderança: designar um auditor-chefe responsável por coordenar as etapas da auditoria financeira, assegurando integridade e transparência nos processos, liderando uma equipe composta por auditores internos capacitados e, se necessário, consultores externos especializados em finanças públicas.

b) Metodologia: estabelecer diretrizes claras e metodologias padronizadas para a coleta

de dados, análise financeira e elaboração de relatórios, garantindo consistência e precisão nos resultados.

c) Compromisso: apresentar um relatório detalhado à sociedade, destacando as descobertas e recomendações para melhorias imediatas, priorizando a transparência e o compromisso com uma gestão financeira responsável, já iniciando a implementação das recomendações emergenciais do relatório para corrigir possíveis inconsistências e fortalecer os controles internos.

d) Revisão normativa: iniciar o processo de modernização e simplificação das regras tributárias municipais, buscando reduzir riscos de litígios e de incertezas fiscais, por meio de uma análise detalhada das normas vigentes, da realização de consulta pública para receber contribuições de empreendedores e especialistas, até a proposição de um novo código tributário, buscando simplicidade, equidade e transparência.



Agenda de legado

11. ESTABELECER UMA ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO PARA A GESTÃO FISCAL

Promover a saúde financeira da prefeitura por meio de uma gestão fiscal responsável, modernização de processos internos, simplificação de regras tributárias, adoção de boas práticas orçamentárias e implementação de medidas inovadoras para aumento de receitas sem elevação de impostos, visando à sustentabilidade das finanças municipais e o desenvolvimento urbano.

Como fazer:

a) Gestão fiscal responsável: adotar práticas de planejamento financeiro baseado em projeções realistas de receita e despesa, garantindo estabilidade fiscal e previsibilidade para o futuro. Implementar reformas que controlem a expansão de gastos, identificando pontos de pressão e possíveis dificuldades futuras.

b) Modernização e simplificação tributária: revisar e atualizar o código tributário municipal, simplificando regras, reduzindo riscos de litígios e incertezas fiscais, e modernizando o sistema de pagamento de impostos e taxas.

c) Digitalização e eficiência: facilitar o atendimento ao público, digitalizando sistemas e unificando locais de atendimento físico. Simplificar e digitalizar processos internos para reduzir custos, acelerar o atendimento e permitir o rastreamento de decisões.

d) Gestão orçamentária: estimar a arrecadação com base em projeções históricas e expectativas técnicas, mapear um plano de contingenciamento de despesas para evitar desequilíbrio financeiro e elaborar um fluxo de caixa das despesas municipais para dar

previsibilidade à execução orçamentária anual.

e) Aumento de receitas sem elevação de impostos: implementar medidas de incentivo à formalização econômica, regularização fundiária, abertura econômica e educação para o empreendedorismo. Renegociar dívidas de contribuintes inadimplentes e aperfeiçoar o cálculo do valor adicionado fiscal para aumentar a precisão dos repasses de impostos estaduais e federais.

f) Receitas extraordinárias: buscar receitas extraordinárias por meio de concessões, privatizações, alienação ou aluguel de edifícios públicos, uso de naming rights e disponibilização moderada de espaços de publicidade em equipamentos públicos, de forma controlada e sem descaracterizar o patrimônio urbano.

g) Otimização de despesas: estudar a necessidade de reformar a previdência municipal onde houver déficit, revisar políticas públicas, benefícios e isenções para eliminar despesas ineficazes, renegociar e reestruturar dívidas com credores e renegociar custos administrativos e bancários para cobrança e gestão das contas da cidade.

h) Transparência na arrecadação: atualizar os valores de referência do IPTU, de forma a não aumentar a carga tributária para a população, buscando um alinhamento contínuo aos valores de mercado dos imóveis. Dar transparência às metodologias de cálculo dos tributos municipais, revisando também o cálculo das taxas municipais, com o uso de indicadores modernos e equilibrados com o custo dos serviços prestados.

NOSSOS CONTRATOS

Uma boa gestão de contratos é ferramenta fundamental de economia de recursos (financeiros e de tempo) e de qualidade das entregas, que, ao alinhar incentivos entre o município e os contratados, potencializa os meios para a implementação da agenda de governo.

Agenda de 100 dias

12. INSTITUIR UMA REVISÃO GERAL DE CONTRATOS DO MUNICÍPIO:

Realizar plano inicial para estabelecer uma meta de redução dos contratos, para fazer um freio de arrumação na gestão em curso e estimular gestores e contratados a fazer mais com menos.

Como fazer:

- a) **Análise dos contratos vigentes:** revisar os contratos em curso para identificar possibilidades de renegociação imediata com fornecedores, exclusão de eventuais superposições e racionalização da estrutura de incentivos.
- b) **Economia e efeito pedagógico:** revisar contratos, além da economia, tem também um efeito pedagógico, ao sinalizar para servidores, fornecedores e à própria população que o zelo com os recursos públicos é uma prioridade para a gestão.
- c) **Redução de despesas:** analisar todos os contratos, inclusive os de menor valor, pois a redução de despesas pode ocorrer mesmo



com medidas simples como a substituição de impressoras individuais por compartilhadas, por exemplo, representando, em conjunto, uma economia para o município. É preciso espalhar em toda a administração a cultura de que cada real conta.

d) Transparência e publicidade: estabelecer uma estratégia de comunicação que torne visível todo o processo de revisão de contratos, utilizando canais oficiais e redes sociais para informar a população e os órgãos de controle sobre as ações tomadas. Publicar relatórios periódicos que detalhem as renegociações realizadas, as economias obtidas e as melhorias implementadas, promovendo um ambiente de confiança e *accountability* na gestão pública.

13. CONSTRUIR UM AMPLO MAPEAMENTO DE ATIVOS DO MUNICÍPIO:

Realizar um mapeamento abrangente de todos os ativos do município, sejam imóveis, veículos, maquinários ou mesmo títulos e direitos, considerando que a subutilização desses ativos representa um desperdício do potencial financeiro da cidade.

Como fazer:

a) Análise dos ativos: identificar ativos municipais que possam ser mais bem aproveitados ou ter seus usos racionalizados, incluindo imóveis, veículos, maquinários, títulos e direitos.

b) Compartilhamento: identificar possibilidade de uso compartilhado de ativos como imóveis que podem abrigar mais de uma instituição ou atividade, considerando horários diferentes de ocupação, bem como veículos e equipamentos que podem ser compartilhados por mais de uma secretaria, por exemplo.

c) Racionalização: analisar possibilidades de racionalizar o uso de ativos do município, com ações de venda de imóveis,

veículos e equipamentos com pouco uso, disponibilização para iniciativa privada por meio de concessões ou parcerias público-privadas, ou disponibilização de edifícios públicos subutilizados para aluguel comercial, gerando recursos adicionais e dinamizando a economia local.

Agenda de legado

14. CRIAR UNIDADE CENTRALIZADA DE CONTRATAÇÃO PARA O MUNICÍPIO:

Instituir ou fortalecer uma unidade centralizada para orientar, harmonizar e ampliar a capacidade de negociação dos órgãos setoriais que realizam compras públicas e firmam contratos com fornecedores.

Como fazer:

a) Mapeamento de produtos e serviços comuns: identificar quais são os processos de compras comuns entre diferentes secretarias municipais, especialmente considerando produtos e serviços para áreas meio, tais como material de escritório, serviços de segurança, limpeza e manutenção, veículos, móveis e equipamentos, a fim de identificar pontos em comum.

b) Compras compartilhadas: avaliar a possibilidade de realizar processos licitatórios centralizados para aquisição de produtos de uso comum, tais como materiais de escritório ou serviços de segurança patrimonial, manutenção e limpeza.

c) Orientação aos setoriais: instituir uma unidade centralizada de compras como prestador de serviço interno, de forma a orientar, harmonizar e ampliar a capacidade de negociação dos órgãos setoriais que realizam compras públicas, os quais, por sua vez, devem permanecer com autonomia para definir o que deve ser adquirido e realizar a gestão dos contratos, especialmente dos produtos e serviços finalísticos, como, por exemplo,

equipamentos de educação e de saúde.

d) Eficiência dos contratos: observar que cada contrato deve ser cuidadosamente pensado de modo a incentivar uma maior eficiência por parte dos fornecedores – a estrutura de incentivos é chave e deve ser pensada com cuidado para que a prestação de serviço ocorra da melhor forma.

e) Integridade: instituir uma unidade especializada de compras poderá auxiliar no estabelecimento de uma estrutura robusta de integridade e *compliance* de compras, a fim de atenuar os riscos de impropriedades, irregularidades e corrupção.

15. AMPLIAR A OFERTA DE SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO DE PARCERIAS:

Avaliar mecanismos de contratualização de serviços públicos por meio de parcerias com o setor privado, a fim de permitir ao município ofertar serviços públicos essenciais sem a necessidade de provê-los diretamente, de modo aumentar a eficiência do gasto governamental e garantindo que os serviços sejam prestados de maneira isonômica e socialmente eficaz.

Como fazer:

a) Mapeamento de áreas e serviços com potencial para parcerias: identificar quais serviços e ativos públicos podem ser geridos por meio de parcerias, como saúde, educação, infraestrutura, saneamento, entre outros, avaliando as capacidades atuais do município e determinando quais serviços apresentam potencial de melhoria com a participação de parceiros externos. É importante que essa avaliação também considere o interesse do setor privado aos empreendimentos analisados. Projetos em que sejam consideradas concessões, sem aporte de recursos do setor público, demandam apetite a risco, que deve ser compreendido antes que se avance muito com o detalhamento do projeto.

b) Diretrizes e objetivos: definir claramente os objetivos das parcerias, a partir de princípios como eficiência, qualidade do serviço, inclusão social e sustentabilidade, estabelecendo diretrizes que garantam que os serviços prestados mantenham o caráter público e atendam aos padrões de qualidade esperados.

c) Estruturas contratuais robustas: elaborar contratos detalhados que especifiquem os direitos e deveres das partes, os critérios de desempenho, os mecanismos de monitoramento e as condições de remuneração baseadas em resultados, incluindo cláusulas que permitam ajustes contratuais em resposta a mudanças nas necessidades ou circunstâncias. Esse processo deve ser alinhado com a estrutura jurídica e de *compliance* do município, assegurando a robustez e a conformidade legal de todos os procedimentos envolvidos.

d) Processo seletivo transparente: lançar processos seletivos públicos e transparentes para a escolha de parceiros, garantindo competição justa e aberta, a partir de uma análise de propostas com base em critérios objetivos, considerando a capacidade técnica, experiência, propostas de valor e compromisso com os objetivos públicos.

e) Monitoramento e avaliação de desempenho: estabelecer indicadores de desempenho claros e um sistema contínuo de monitoramento e avaliação, com a realização de auditorias periódicas e utilização dos resultados para ajustar e melhorar os serviços prestados.

f) Participação da comunidade: envolver a comunidade no acompanhamento e na avaliação dos serviços prestados, garantindo que suas opiniões e necessidades sejam consideradas em ciclos contínuos de *feedback* e melhoria, considerando também a transparência por meio da divulgação periódica de relatórios de desempenho e auditorias.

NOSSA CIDADE DIGITAL

Investir em capacitação e tecnologia é essencial para modernizar a gestão municipal e tornar nossa cidade mais eficiente e responsiva às necessidades da população.



Agenda de 100 dias

16. IMPLEMENTAR SISTEMAS DE MONITORAMENTO DE DADOS URBANOS:

Analisar se o município dispõe de sistemas de monitoramento de indicadores urbanos, identificando quais são, como funcionam, se estão atualizados tecnologicamente e se precisam ser atualizados ou criados. A partir dessa análise, planejar e iniciar a implementação ou a atualização de sistemas eficazes de monitoramento de dados urbanos, por meio de uma série de passos estruturados que garantam a coleta, o processamento e a utilização adequada das informações para melhorar a gestão da cidade e a tomada de decisões baseada evidências.

Como fazer:

a) Objeto: identificar o que se quer monitorar: tráfego, qualidade do ar, segurança pública, acesso a moradias, desenvolvimento econômico, acesso à saúde, qualidade da educação etc.

b) Requisitos: estabelecer os requisitos funcionais (o que o sistema deve fazer para atender as necessidades dos usuários) e os não-funcionais (critérios de qualidade como desempenho, segurança, usabilidade e confiabilidade).

c) Viabilidade: realizar estudos de viabilidade técnica, econômica e operacional.

d) Engajamento: reunir e envolver os principais atores e partes interessadas.

e) Plano de trabalho: elaborar um plano de projeto detalhado que inclua cronogramas, orçamento, recursos necessários e marcos importantes.

f) Coleta de dados: identificar sensores e equipamentos para coleta sistemática de dados, considerando também a possibilidade

de realizar pesquisa de percepção sobre a qualidade dos serviços públicos junto à população.

g) Arquitetura de dados: definir a estrutura de dados, estratégia de armazenamento e processamento das informações.

h) Desenvolvimento: desenvolver as aplicações, incluindo integrações necessárias para conectar diversos sistemas e permitir o compartilhamento de dados.

i) Implementação: implementar medidas de segurança para proteger os dados.

j) Testes: realizar testes funcionais e de desempenho.

k) Treinamento: realizar o processo de implantação e treinamento.

l) Institucionalização: garantir a provisão de recursos humanos e técnicos na administração de modo a viabilizar a responsabilização do município sobre a atividade de monitoramento – e sua perenidade.

m) Monitoramento: monitorar, avaliar e promover ciclos contínuos de melhoria.

Agenda de legado

17. CONDUZIR AÇÕES DE SIMPLIFICAÇÃO PROCESSUAL E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL:

Planejar e realizar detalhada revisão de processos administrativos internos (gestão governamental) e externos (serviços públicos), buscando simplificação e transformação digital.

Como fazer:

a) Revisão de processos: realizar uma análise detalhada dos processos administrativos internos e serviços públicos externos para identificar ineficiências e áreas de melhoria.

b) Digitalização: adotar tecnologias digitais para automatizar e otimizar os processos identificados, visando reduzir a burocracia e aumentar a eficiência.

c) Desenvolvimento de soluções: desenvolver ou adquirir soluções tecnológicas adequadas às necessidades mapeadas, garantindo a integração entre diferentes sistemas e plataformas.

d) Consistência digital: implementar soluções padronizadas de transformação digital, como identidade digital, assinatura eletrônica e automação de serviços.

e) Integração digital: buscar apoio e ferramentas da Rede Gov.br para integrar soluções digitais no município.

f) Capacitação e treinamento: treinar servidores e equipes de gestão para utilizar as novas ferramentas digitais e adotar as melhores práticas de gestão processual.

g) Melhoria contínua: implementar um sistema de monitoramento contínuo para avaliar a eficácia das mudanças, promovendo ajustes e melhorias contínuas conforme necessário.

h) Siga os “10 passos para a transformação digital em estados e municípios” do Gov.br:

- i. Monte um time dedicado e invista na governança;
- ii. Institucionalize a estratégia;
- iii. Delimite o universo;
- iv. Tenha um plano de longo prazo (mas comece pelos serviços pequenos);
- v. Construa uma estratégia unificada;
- vi. Pense no todo, mas busque entregas rápidas;
- vii. Abraça o mínimo viável (e escute os usuários, sempre);
- viii. Priorize a nuvem;
- ix. Esteja aberto a parcerias;
- x. Comunique, o tempo todo.

NOSSOS LARES

Priorizando a eficiência econômica e a sustentabilidade, o município pode implementar ações imediatas e estruturantes para reduzir o déficit habitacional, equilibrar a oferta e demanda de imóveis e revitalizar áreas deterioradas, promovendo um ambiente urbano dinâmico e inclusivo. Por meio da desburocratização e da colaboração com o setor privado, essas iniciativas visam a fomentar um mercado imobiliário mais competitivo e acessível para todos.



18. BUSCAR REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL E EQUILIBRAR A RELAÇÃO ENTRE OFERTA E DEMANDA DE IMÓVEIS:

Elaborar uma estratégia para reduzir o déficit habitacional do município, buscando um equilíbrio entre oferta e demanda de imóveis, por meio da análise do percentual médio da renda mensal das famílias destinado ao financiamento de imóveis residenciais.

a) Diagnóstico: analisar o percentual médio da renda mensal das famílias destinado ao financiamento de imóveis residenciais, utilizando ferramentas especializadas, a fim de verificar se as famílias estão comprometendo mais de 30% de sua renda com moradia.

b) Análise de mercado: Identificar desequilíbrios entre demanda e oferta de moradias e os fatores que elevam os preços dos imóveis.

c) Aumento de oferta: considerar ações para adensar a cidade, se constatado que a oferta está menor que a demanda.

Agenda de legado

19. BUSCAR A AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE MORADIAS E A REDUÇÃO DOS PREÇOS DOS IMÓVEIS:

Elaborar um programa abrangente e estratégico que combine adensamento urbano, revisões no plano diretor, incentivos tributários, inovação tecnológica e integração de políticas públicas, com o objetivo de aumentar a oferta de moradias, reduzir os preços dos imóveis e promover um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo.

Como fazer:

a) Adensamento: propor alterações nas regras urbanísticas, como aumento dos índices de aproveitamento permitidos ou concessão de potencial construtivo adicional, mediante realização de contrapartidas bem definidas.

b) Diretrizes para crescimento: buscar adensar e melhor aproveitar os espaços urbanos existentes antes de promover a expansão do perímetro urbano indiscriminadamente. Quando necessário expandir o perímetro, deve-se observar o art. 42-B do Estatuto da Cidade e criar um projeto para a expansão da mancha urbana, evitando a proliferação de loteamentos



horizontais com infraestrutura subsidiada.

c) Visão de futuro: realizar uma revisão aprofundada do plano diretor da cidade, com o objetivo de aumentar o dinamismo e a liberdade para os empreendimentos imobiliários, incluindo a flexibilização das regulamentações, a simplificação dos processos de aprovação e a promoção de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento urbano sustentável e inovador.

d) Incentivos tributários: verificar a possibilidade de ofertar redução de impostos para empresas que construam empreendimentos de baixo custo em áreas determinadas, especialmente as áreas que precisam ser dinamizadas.

e) Inovação e tecnologia: considerar isenções fiscais ou créditos tributários para empresas que utilizam técnicas inovadoras como a impressão 3D e pré-moldados na construção de moradias, a fim de baratear o custo e ampliar o acesso à moradia.

f) Integração de políticas: alinhar as políticas de habitação para áreas em que se priorize também melhorias de infraestrutura urbana (acesso a água, energia, saneamento, transporte e serviços de saúde, educação e assistência social).

20. INSTITUIR UMA LEI DE INCENTIVO PARA MELHORIAS URBANAS

Implementar uma lei municipal que promova a revitalização de áreas urbanas por meio de Áreas de Revitalização Compartilhada (ARCs), incentivando a colaboração entre o estado e a sociedade, oferecendo incentivos fiscais e fomentando a participação comunitária na manutenção e melhoria do ambiente urbano.

Como fazer:

a) Colaboração entre estado e sociedade: fomentar a criação de organizações sociais ou associações de moradores e empresários

para cuidar da zeladoria urbana de áreas específicas, denominadas Áreas de Revitalização Compartilhada (ARC).

b) Incentivos fiscais: possibilitar que essas associações de moradores e empresários recebam doações de pessoas físicas e jurídicas para melhorar suas áreas, permitindo que essas doações sejam deduzidas de impostos municipais como ISS ou IPTU, até um limite definido pelo município.

c) Revitalização compartilhada: fomentar a participação da comunidade na zeladoria urbana, iluminação pública, segurança, mobiliário urbano e eventos culturais, reduzindo a pressão por serviços públicos e mantendo a receita municipal.



NOSSA MO BILI DADE

Modernizar a mobilidade urbana é essencial para melhorar a eficiência dos deslocamentos na cidade. É fundamental entender a demanda real por transporte e ajustar os serviços de acordo com os padrões de deslocamento da população.



Agenda de 100 dias

21 - REALIZAR LEVANTAMENTO DA DEMANDA REAL POR TRANSPORTE:

Conduzir um levantamento detalhado da demanda de transporte na cidade, utilizando dados de celulares para mapear padrões de deslocamento, e ajustar os serviços de transporte público conforme necessário.

Como fazer:

- a) **Tecnologia de dados:** utilizar dados de celulares para mapear os padrões de deslocamento diários da população, por meio de técnicas de *crowdsourcing*, interagindo com o jurídico municipal para garantir os devidos cuidados com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.
- b) **Mapa de demanda:** identificar áreas e momentos do dia com maior e menor demanda de transporte.
- c) **Decisão baseada em evidências:** ajustar as linhas de ônibus e outros meios de transporte com base nos dados coletados.
- d) **Mobilidade e uso do solo:** verificar a proporção entre empregos, serviços e moradias por região e promover normas de ocupação do solo (zoneamento) que possibilitem uma melhor distribuição entre o território, encurtando distâncias.

Agenda de legado

22. DAR PRIORIDADE AO TRANSPORTE PÚBLICO:

Otimizar o sistema de transporte público para maior eficiência e economia, além de reduzir subsídios ao transporte particular.

Como fazer:

- a) **Prioridade nas vias:** implementar vias exclusivas para ônibus focadas em atender à

demanda de viagens de pendulares em áreas de maior densidade (sistema BRT).

b) Novas soluções de transporte: introduzir uma combinação de micro-ônibus, vans e carros compartilhados em áreas de menor densidade.

c) Desincentivo ao transporte individual: considerar a contração de um estudo para avaliar a cobrança pelo estacionamento nas ruas e a possibilidade de estabelecer pedágios urbanos em áreas centrais para financiar melhorias no transporte público.

23. DESENVOLVER E APRIMORAR VIAS PARA MOBILIDADE ATIVA:

Constituir uma infraestrutura robusta de ciclovias, conectando pontos estratégicos da cidade, integrando com o transporte público e adaptando práticas bem-sucedidas de cidades referência para promover um transporte sustentável e eficiente.

Como fazer:

a) Cidades caminháveis: promover cidades mais atrativas para pedestres, a partir de melhorias e padronização das calçadas, mais iluminação, fachadas ativas, desincentivos à construção de muros, melhor arborização urbana, etc.

b) Ciclovias conectadas: planejar e construir ciclovias que conectem pontos estratégicos da cidade, como áreas comerciais, residenciais e de lazer.

c) Integração com transporte público: integrar as ciclovias com o sistema de transporte público para facilitar a intermodalidade, permitindo que ciclistas facilmente combinem bicicleta com ônibus, trens e metrô.

d) Casos de sucesso: estudar casos de sucesso em cidades como Paris, Amsterdam e Copenhague, identificando práticas e políticas eficazes para adaptação à realidade local.

e) Infraestrutura de apoio: construir infraestruturas de apoio como bicicletários, pontos de reparo e sinalização adequada para melhorar a experiência dos ciclistas.

24. BUSCAR INOVAÇÃO COM SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DE MOBILIDADE:

Impulsionar soluções inovadoras de transporte coletivo e compartilhado, por meio de ações de incentivo ao uso de aplicativos, de estímulo ao compartilhamento de veículos e de permissão de diferentes serviços de transporte sob demanda, com o apoio e estímulo, por parte do município, a soluções apresentadas por empreendedores locais ou externos.

Como fazer:

a) Aplicativos: incentivar o uso de aplicativos de transporte e de ideias e soluções inovadoras de mobilidade.

b) Compartilhamento: estimular a criação de plataformas de caronas e compartilhamento de veículos, inclusive usando vans, ônibus e micro-ônibus.

c) Sob demanda: avaliar a implementação de serviços de transporte sob demanda para áreas com baixa demanda.

NOSSOS ESPAÇOS COMUNS

Modernizar nossos espaços por meio do mapeamento das soluções comunitárias existentes e a partir de uma clara divisão das responsabilidades entre setor público e privado, a fim de possibilitar uma infraestrutura mais segura e eficiente.

Agenda de 100 dias

25. CRIAR UM MAPA ABRANGENTE COM AS INFORMAÇÕES DA CIDADE:

Realizar um levantamento das soluções apresentadas pela sociedade sobre a cidade, coletando dados de plataformas e aplicativos sobre rotas seguras, caminhabilidade, rotas culturais, locais de equipamentos públicos e infraestrutura para ciclistas, para criar um mapa detalhado e multitemático da cidade.

Como fazer:

a) Coleta de dados e análise: identificar e coletar dados de plataformas e aplicativos que fornecem informações sobre rotas seguras, caminhabilidade, rotas culturais, locais de equipamentos públicos e infraestrutura para ciclistas, utilizando técnicas de mineração de dados e análise geoespacial para processar e interpretar as informações coletadas, eliminando redundâncias e inconsistências, interagindo com o jurídico municipal para garantir os devidos cuidados com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.



b) Engajamento comunitário e participação: organizar workshops, consultas públicas e reuniões comunitárias para coletar feedback direto dos moradores sobre suas necessidades e preferências, inclusive com o uso de ferramentas online, como pesquisas e fóruns de discussão, para ampliar a participação e obter uma visão mais abrangente da comunidade, de forma a garantir que as soluções propostas reflitam as necessidades reais dos cidadãos.

c) Mapa da cidade: integrar os dados coletados e analisados em uma plataforma de mapeamento geoespacial, criando um mapa detalhado e interativo da cidade, destacando diferentes segmentos e temáticas da sociedade, garantindo que o mapa seja acessível ao público e fácil de usar, podendo ser atualizado constantemente com novas informações.

26. ELABORAR UM PLANO DE ZELADORIA E ACUPUNTURA URBANA:

Organizar um conjunto de ações imediatas para melhorar a infraestrutura e a qualidade de vida em áreas identificadas da cidade, por meio de priorização de zeladoria urbana contínua e de estratégias de “acupuntura urbana”, ou seja, intervenções pontuais, de baixo custo e rápidas de executar.

Como fazer:

a) Mapeamento de necessidades: identificar áreas-chave que necessitam de intervenções urbanas por meio de análises geoespaciais e feedback da comunidade, priorizando locais com problemas urbanos críticos como falta de infraestrutura e insegurança.

b) Planejamento de intervenções: desenvolver ações específicas para cada área prioritária, focando em melhorias rápidas e de baixo custo, como instalação de mobiliário urbano, iluminação pública e criação de espaços verdes, entre outros.

c) Execução colaborativa: realizar as intervenções em colaboração com organizações locais, voluntários e empresas privadas, utilizando materiais sustentáveis e técnicas de construção rápida para garantir eficiência.

d) Manutenção contínua: estabelecer rotinas de zeladoria urbana, assegurando a manutenção e limpeza regular dos espaços melhorados, incluindo reparos rápidos e remoção de resíduos.

e) Monitoramento: implantar um sistema de monitoramento contínuo para avaliar o impacto das intervenções e coletar feedback da comunidade, utilizando essas informações para ajustar e melhorar continuamente as ações.

f) Engajamento comunitário: promover a participação ativa da comunidade por meio de consultas públicas, reuniões e plataformas digitais, garantindo que as intervenções reflitam as necessidades e desejos dos moradores.

Agenda de legado

27. ESTABELECEM RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS ENTRE PÚBLICO E PRIVADO:

Estabelecer uma divisão clara de responsabilidades, a partir do princípio que o poder público deve cuidar dos espaços públicos, enquanto a iniciativa privada deve ter a maior liberdade possível para gerir os espaços privados.

Como fazer:

a) Divisão de responsabilidades: reunir especialistas e identificar principais atores da sociedade para revisar e separar as responsabilidades sobre a gestão dos espaços públicos (atribuição do município) e dos espaços privados (mais liberdade para a gestão pela sociedade).

b) Revisão de normas: fazer um levantamento detalhado das normas da cidade (plano diretor, lei de uso e ocupação

do solo, códigos de obras etc.), a fim de revisar e institucionalizar legalmente a divisão de responsabilidades entre público e privado.

c) Padronização de calçadas: observar, a partir da constatação de que ruas e calçadas compõem o espaço público, que o município deve assumir as tarefas de construção e manutenção não apenas das ruas, mas também das calçadas, promovendo padronização e acessibilidade.

d) Mais liberdade para espaços privados: reduzir a regulação dos espaços privados, para permitir que o mercado atenda às diferentes preferências dos moradores, diminuindo também o esforço de fiscalização e a burocracia, evitando regras detalhadas de difícil e custosa fiscalização e baixo risco ou impacto.

28. ELABORAR UM PLANO DE INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA OFERTA DE INFRAESTRUTURA BÁSICA:

Estabelecer como prioridade a integração das comunidades já estabelecidas à infraestrutura da cidade, melhorando a estrutura urbana das áreas já ocupadas.

Como fazer:

a) Diagnóstico específico: realizar um mapeamento abrangente das necessidades das comunidades, identificando as carências específicas em água, saneamento, energia, mobilidade e serviços públicos;

b) Participação comunitária: estabelecer mecanismos de participação comunitária para garantir voz aos moradores, inclusive por meio de mecanismos de participação digital, de modo a se evitar a captura por grupos de interesse ou a escuta apenas dos moradores mais articulados.

c) Infraestrutura das comunidades: investir na melhoria da infraestrutura de mobilidade, como pavimentação de ruas, construção de ciclovias e calçadas seguras.

29. REVISAR E ATUALIZAR OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO URBANA COM UMA VISÃO DE FUTURO:

Conduzir um processo de atualização dos instrumentos de gestão urbana, como o plano diretor e a lei de uso e ocupação do solo, com base em dados atualizados e uma visão sustentável, promovendo uma cidade mais compacta e funcional.

Como fazer:

a) Análise de dados: coletar e analisar dados atualizados sobre o uso do solo, densidade populacional e tendências de crescimento urbano.

b) Plano diretor: revisar o plano diretor, incorporando dados atualizados e prevendo futuras necessidades urbanas.

c) Uso e ocupação do solo: atualizar a lei de uso e ocupação do solo para reduzir parâmetros de zoneamento com base em gerenciamento de riscos e incentivar o uso combinado de funções urbanas.

d) Cidade compacta: adotar políticas que favoreçam a densificação urbana e a redução da necessidade de longos deslocamentos.

e) Uso misto de funções: Ampliar o uso combinado de funções urbanas, promovendo bairros multifuncionais com habitação, comércio e serviços.

f) Políticas sustentáveis: incorporar práticas sustentáveis e ecológicas nas revisões dos instrumentos de gestão urbana.

g) Infraestrutura de saneamento: conduzir um processo de elaboração ou de atualização de um plano municipal de saneamento básico.

h) Monitoramento: estabelecer um sistema de monitoramento contínuo para avaliar o impacto das mudanças e ajustar as políticas conforme necessário.

NOSSO MEIO AMBIENTE

A preservação do meio ambiente urbano é essencial para a qualidade de vida e a saúde pública nas cidades, onde os impactos da poluição são mais severos e imediatos. Com alta densidade populacional e intensa atividade econômica, áreas urbanas produzem poluentes que contaminam os recursos naturais e degradam o ecossistema. A gestão eficiente dos resíduos sólidos, a criação de espaços verdes e ações de mitigação e resiliência climática são cruciais para minimizar esses efeitos. Promover políticas ambientais integradas, com participação comunitária e parcerias estratégicas, é vital para um ambiente urbano mais saudável e sustentável.



Agenda de 100 dias

30. IMPLEMENTAR GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA E SUSTENTÁVEL:

Iniciar um diagnóstico abrangente da situação ambiental no município, com foco na melhoria do meio ambiente urbano e seu impacto nos ecossistemas do entorno, a partir de um olhar integrado para ações de gestão de resíduos sólidos, e ações de mitigação e resiliência climática.¹

Como fazer:

a) Diagnóstico ambiental: realizar um levantamento detalhado da geração, coleta, tratamento e destinação dos resíduos sólidos no município, além de identificar áreas críticas de poluição e degradação ambiental.

b) Espaços verdes: identificar áreas urbanas degradadas para plantio de árvores e criação de parques. Essas ações melhoram a qualidade do ar, oferecem áreas de lazer e contribuem para a biodiversidade urbana.

c) Ações de resiliência climática: desenvolver e iniciar a implementação de um plano de ação climática que inclua medidas de adaptação a eventos climáticos extremos, como enchentes e ondas de calor. Considerar como objetivo do plano o aumento da resiliência da infraestrutura urbana, através da construção de jardins de chuva, telhados verdes e outras infraestruturas verdes.

¹ As ações referentes à política de abastecimento de água e tratamento de esgoto, bem como drenagem urbana, são essenciais para o alcance de resultados expressivos neste tema e foram tratadas no Capítulo: Nossas Águas. O Plano Municipal de Saneamento Básico, tratado nesse capítulo, deverá considerar de forma estratégica os quatro componentes do saneamento básico: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e resíduos sólidos, em uma visão integrada.

Agenda de legado

31. REDUZIR O IMPACTO AMBIENTAL URBANO POR MEIO DE UMA POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS:

Estabelecer uma política abrangente de gestão de resíduos sólidos que priorize a redução, reutilização e reciclagem, minimizando o impacto ambiental e promovendo uma cidade mais limpa e sustentável. Priorize ações de tratamento de resíduos que minimizem sua destinação a aterros sanitários, compreendendo a relevância de aproveitar os resíduos que possuem valor e podem ser aproveitados. Analise projetos de geração de energia e, se necessário, considere a utilização de consórcios municipais para ganho de escala e redução de custos.

Como fazer:

a) Infraestrutura: desenvolver e expandir a infraestrutura de coleta seletiva e reciclagem, incluindo pontos de coleta em áreas estratégicas e centrais de triagem eficientes.

b) Parcerias: formar parcerias com cooperativas de catadores e empresas de reciclagem para promover a economia circular e gerar emprego e renda.

c) Educação Ambiental: implementar programas contínuos de educação ambiental para conscientizar a população sobre a importância da separação correta dos resíduos e incentivar práticas sustentáveis.

d) Contratualização: considere a concessão dos serviços de coleta, tratamento e destinação final dos resíduos. A sustentabilidade financeira desses projetos relaciona-se diretamente com a possibilidade de cobrança dos serviços à população, que deve ser trabalhada durante o mandato.

32. DESENVOLVER E IMPLEMENTAR UM PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA:

Criar um plano de ação climática detalhado que inclua medidas de mitigação e adaptação aos fenômenos climáticos, garantindo a resiliência e sustentabilidade do município a longo prazo. Além de guiar as ações do município, este plano também favorecerá futuras ações de captação de recursos. Municípios pequenos podem se favorecer de aderir a planos vigentes no âmbito estadual.

Como fazer:

a) Planejamento estratégico: elaborar um plano com metas claras e indicadores de desempenho, baseando-se em dados científicos e na participação da comunidade. Deve-se compreender qual o papel no município para atividades de mitigação. A integração de algumas ações, por exemplo envio de resíduos sólidos processados (combustível derivado de resíduos – CDR) para utilização pela indústria local pode apresentar impactos relevantes de mitigação, além da integração com objetivos da política de resíduos sólidos.

b) Infraestrutura verde: implementar projetos de infraestrutura verde, como telhados verdes, jardins de chuva e corredores ecológicos, para melhorar a gestão das águas pluviais e aumentar a resiliência urbana. A lógica de pavimentação da cidade deve ser revisada, compreendendo que a utilização de asfalto e vias de concreto devem ser priorizadas para áreas com tráfego intenso de veículos. Sempre que possível, soluções que possibilitam a permeabilidade do solo devem ser consideradas.

c) Eficiência energética: promover a eficiência energética em prédios públicos e incentivar o uso de energias renováveis, reduzindo as emissões de gases geradores de efeito estufa pelo município.

33. DESENVOLVER UM PLANO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS ESPECÍFICO PARA AÇÕES DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA:

Criar um plano estratégico para atrair investimentos públicos e privados, garantindo recursos necessários para a implementação das ações climáticas e de sustentabilidade. Atualmente, projetos de infraestrutura que incorporem questões relacionadas a ações de mitigação e resiliência podem receber recursos mais baratos, o que pode apoiar a viabilização de projetos relevantes e necessários para o município.

Como fazer:

a) Mapeamento de oportunidades de financiamento: identificar e catalogar todas as fontes potenciais de financiamento, incluindo fundos governamentais, nacionais e internacionais, fundos ambientais, organizações não governamentais, e programas de incentivos.

b) Parcerias estratégicas: estabelecer parcerias com o setor privado, universidades, e instituições de pesquisa para desenvolver projetos conjuntos que promovam a inovação tecnológica e a sustentabilidade. Incentivar parcerias com o setor privado para a construção e manutenção de infraestruturas verde.

c) Elaboração de projetos e propostas: criar uma equipe especializada para desenvolver projetos e elaborar propostas de captação de recursos, alinhadas com os requisitos das fontes de financiamento identificadas. Garantir que os projetos sejam detalhados, com objetivos claros, orçamento transparente e indicadores de impacto.

d) Transparência e prestação de contas: implementar mecanismos rigorosos de transparência e prestação de contas para garantir que os recursos captados sejam utilizados de forma eficiente e conforme os objetivos estabelecidos. Relatórios periódicos e

auditorias independentes devem ser realizados para manter a confiança dos investidores e financiadores.

e) Engajamento comunitário: envolver a comunidade no processo de captação e utilização de recursos, garantindo que as ações implementadas atendam às necessidades locais. Realizar consultas públicas e campanhas de informação para manter a população informada e engajada.

NOSSAS ÁGUAS

Modernizar o saneamento básico no município é fundamental para promover a saúde pública. Iniciar com um diagnóstico detalhado da situação atual e desenvolver um Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) eficiente é crucial. Verificar a viabilidade econômica das concessionárias e considerar concessões para água e esgoto são passos essenciais. Além disso, é importante desenvolver uma abordagem integrada para a drenagem urbana, considerando os riscos de eventos extremos, garantindo a resiliência da infraestrutura.



Agenda de 100 dias

34. IDENTIFICAR A SITUAÇÃO DO SANEAMENTO NO MUNICÍPIO:

Verificar se o município possui um Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) ou se está integrado em algum consórcio regional de saneamento.

- **Municípios sem PMSB devem fazê-lo de forma consciente**, integrada com as demais políticas públicas do município e com atenção da gestão, sem tratá-lo como mera formalidade, mas como ferramenta efetiva de planejamento. O PMSB deverá considerar de forma estratégica os quatro componentes do saneamento básico: abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e resíduos sólidos, em uma visão integrada.

Como fazer:

- Diagnóstico:** realizar um levantamento detalhado da infraestrutura existente, incluindo abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos. O diagnóstico deverá considerar o investimento existente e também a qualidade da oferta de serviços, por exemplo, índices de perda de água na oferta dos serviços e condições da água ofertada.
- Visão de futuro:** considerar projeções demográficas de crescimento (ou redução) populacional na estimativa de investimentos e serviços; e incluir como prioridade a proteção de mananciais, visando garantir o abastecimento para as gerações futuras.
- Priorização:** mapear áreas de risco e identificar carências e necessidades prioritárias.
- Participação:** envolver a comunidade e *stakeholders* no processo de elaboração do PMSB através de consultas públicas e audiências.

e) Desempenho: definir metas claras e realistas para a universalização do saneamento básico, com prazos e indicadores de desempenho.

f) Compromisso: apresentar o PMSB à sociedade, garantindo transparência e compromisso com a execução.

Agenda de legado

35. AVALIAR A VIABILIDADE ECONÔMICA DAS CONCESSIONÁRIAS DE ÁGUA E ESGOTO:

Garantir que as concessionárias/Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAEs) estejam aptos a implantar o plano de investimentos do PMSB.

Como fazer:

a) Capacidade: verificar a análise da capacidade econômico-financeira do prestador de serviço, a partir da análise da Agência Nacional de Águas (ANA).

b) Investimento: se a concessionária não for viável economicamente, desenvolver estratégias para melhorar a viabilidade ou considerar novas parcerias. O foco da gestão deve ser a viabilização dos investimentos necessários para universalização com qualidade dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto.

c) Alternativas: Caso não haja concessão, avaliar os resultados do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAE) e considerar a possibilidade de concessão para água e esgoto. Há alguns casos em que o modelo de parceria público-privada também pode fazer sentido. O ideal é que seja realizado um estudo de viabilidade técnica, jurídica e econômico-financeira, usualmente conhecido no mercado como modelagem, que apresente as melhores alternativas a cada município. Nesta análise também deverão ser consideradas

as possibilidades de consorciamento com agrupamentos de municípios locais existentes, como blocos de referência, unidades regionais de saneamento básico, microrregiões ou regiões metropolitanas.

d) Viabilidade: realizar estudos de viabilidade técnica e econômica para a concessão dos serviços de água e esgoto.

36. PLANEJAR UMA DRENAGEM URBANA INTEGRADA:

Desenvolver um plano de drenagem urbana integrado, considerando os riscos de eventos extremos.

Como fazer:

a) Diagnóstico: mapear as áreas urbanas suscetíveis a enchentes e inundações.

b) Infraestrutura: implementar sistemas de drenagem eficientes e sustentáveis, como jardins de chuva e bacias de retenção.

c) Alinhamento: integrar a drenagem urbana com políticas de uso do solo, transporte e habitação.

d) Responsividade: estabelecer protocolos de monitoramento e resposta rápida a eventos climáticos extremos.

e) Conscientização: promover campanhas educativas para conscientizar a população sobre a importância da drenagem urbana e medidas de prevenção.

f) Parcerias: buscar parcerias com instituições de pesquisa e ONGs para desenvolver soluções inovadoras e sustentáveis em drenagem urbana.

g) Zeladoria: garantir a manutenção regular e a atualização tecnológica dos sistemas de drenagem.

NOSSOS PARQUES

Revitalizar os parques do município é essencial para promover a coesão social e a qualidade de vida. Concessões e PPPs podem assumir a manutenção e melhoria contínua desses espaços, tornando-os mais seguros e acessíveis. Integrar os parques com políticas públicas de transporte e segurança assegurará uma abordagem sustentável enquanto incentiva o envolvimento da comunidade. Vale a pena desenvolver uma visão de transformar os equipamentos públicos coletivos (parques, praças etc.) em espaços vibrantes de lazer, cultura e interação social para todos os cidadãos.

Agenda de 100 dias

37. GARANTIR A REVITALIZAÇÃO E ACESSIBILIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS:

Fortalecer a rede de parques e espaços públicos, promovendo parcerias e a integração com outras políticas públicas.

Como fazer:

a) **Mapeamento:** diagnosticar os parques e espaços públicos existentes, identificando áreas degradadas e prioritárias para revitalização.



b) Parcerias: implementar parcerias com o setor privado para a manutenção e revitalização dos parques, integrando empresas, ONGs e a comunidade local. Concessões costumam ser mecanismos eficientes para melhorar a gestão e estrutura de parques.

c) Zeladoria: implementar medidas de curto prazo para melhorar a segurança, acessibilidade e atratividade dos parques, como iluminação, mobiliário urbano e sinalização.

d) Movimento: estimular a promoção de eventos culturais, esportivos e de lazer nos parques para atrair a população e fomentar a coesão social.

e) Integração de políticas: integrar os parques com o sistema de transporte público, facilitando o acesso da população aos espaços de lazer.

f) Acompanhamento: estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação contínua para acompanhar o uso e a conservação dos parques, ajustando as ações conforme necessário.

g) Adoção: incentivar a adoção de equipamentos específicos dentro dos parques por famílias, empresas ou associações, proporcionando melhorias pontuais e mantendo a sustentabilidade.

Agenda de legado

38. PROMOVER A SUSTENTABILIDADE E A GESTÃO INTEGRADA DOS PARQUES:

Desenvolver a sustentabilidade e a gestão integrada dos parques por meio do desenvolvimento de arranjos de gestão, concessões, participação comunitária, incentivos fiscais, integração com políticas públicas e campanhas de conscientização.

Como fazer:

a) Gestão: desenvolver um portfólio de arranjos de gestão para os parques, incluindo concessões, adoção de equipamentos e parcerias com organizações sociais.

b) Concessões: implementar concessões de parques em cidades médias e grandes, explorando modelos que combinem parques mais atrativos com parques menos desenvolvidos, para garantir a sustentabilidade de ambos.

c) Participação: facilitar a criação de associações comunitárias para a gestão local de parques, promovendo a participação ativa da comunidade e a responsabilidade compartilhada.

d) Financiamento: estabelecer incentivos fiscais para doações e investimentos privados na manutenção e revitalização dos parques.

e) Alinhamento: integrar a gestão dos parques com outras políticas públicas, como transporte, segurança e cultura, promovendo uma abordagem holística e sustentável.

f) Conscientização: realizar campanhas de conscientização e engajamento da população para o cuidado e uso adequado dos parques, incentivando a sensação de pertencimento e responsabilidade.

g) Incentivos: criar um sistema de bonificação para executivos e gestores envolvidos na administração dos parques, baseado em indicadores de desempenho e resultados alcançados.

h) Revisão normativa: promover a revisão das leis e regulamentos municipais para facilitar a implementação de projetos de revitalização e manutenção dos parques, reduzindo a burocracia e os custos de transação.

NOSSA SAÚDE

Garantir um sistema de saúde eficiente e acessível é fundamental para a qualidade de vida e bem-estar da população. A modernização e a gestão eficiente dos serviços de saúde, aliados a parcerias estratégicas, são essenciais para alcançar esses objetivos. A atenção à saúde primária, na qual o município pode atuar mais independentemente, permite maior eficiência a partir do uso aplicado de estratégias de mapeamento e estratificação de riscos na população.

Agenda de 100 dias

39. IDENTIFICAR E FORTALECER A ESTRUTURA DE ATENDIMENTO BÁSICO:

Realizar um diagnóstico completo da situação dos serviços de saúde no município, mapeando os serviços existentes, avaliando a qualidade do atendimento, implementando um sistema de triagem eficiente, fortalecendo a rede de saúde básica e promovendo campanhas de conscientização.

Como fazer:

a) Diagnóstico: realizar um mapeamento detalhado dos serviços de saúde existentes, incluindo a infraestrutura, recursos humanos e equipamentos disponíveis.

b) Qualidade: avaliar a qualidade do atendimento em clínicas, hospitais e unidades de saúde básica, identificando pontos críticos e áreas de melhoria.



c) Triagem: implementar um sistema de triagem eficiente para identificar rapidamente pacientes com necessidades específicas e direcioná-los para o atendimento adequado.

d) Rede básica: fortalecer a rede de saúde básica, garantindo a disponibilidade de medicamentos essenciais e a presença de profissionais qualificados.

e) Campanhas: promover campanhas de conscientização sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce de doenças.

e) Controle: estabelecer programas de monitoramento e controle periódicos para indivíduos em risco, com consultas regulares e exames preventivos.

f) Campanhas: promover campanhas de conscientização sobre a importância do histórico familiar e da detecção precoce de doenças.

g) Integração de dados: integrar os dados de mapeamento de risco com outras informações de saúde pública, para criar uma abordagem abrangente de prevenção e tratamento.

h) Colaboração: desenvolver parcerias com instituições de pesquisa e laboratórios para apoiar os testes genéticos e o monitoramento contínuo.

i) Monitoramento: avaliar continuamente a eficácia dos programas de mapeamento de risco e ajustar as estratégias conforme necessário para melhorar os resultados e reduzir os custos do sistema de saúde.

Agenda de legado

40. REFORMULAR A ASSISTÊNCIA PRIMÁRIA COM FOCO NO MAPEAMENTO DE RISCO DE DOENÇAS:

Estimular a elaboração de históricos familiares completos para identificar o risco de doenças, especialmente oncológicas, provendo acesso a testes genéticos e acompanhamentos regulares aos grupos de risco.

Como fazer:

a) Capacitação: capacitar profissionais de saúde para coletar e registrar históricos familiares detalhados, com foco em doenças hereditárias.

b) Registro eletrônico: desenvolver um sistema de registro eletrônico integrado que permita o armazenamento e a análise desses históricos familiares.

c) Protocolos: implementar protocolos para a identificação de indivíduos em grupos de risco, com base nos históricos familiares coletados.

d) Testes genéticos: garantir o acesso a testes genéticos para indivíduos identificados como de alto risco, facilitando o diagnóstico precoce.

41. CRIAR UM SISTEMA DE INCENTIVOS PARA A PREVENÇÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS E A REDUÇÃO DE FATORES DE RISCO:

Desenvolver uma estratégia integrada para incentivar a prevenção de doenças crônicas, como AVCs e infartos, por meio de programas de educação, monitoramento e controle de fatores de risco.

Como fazer:

a) Diagnóstico: realizar um diagnóstico detalhado para identificar as principais doenças crônicas e fatores de risco prevalentes na população do município.

b) Conscientização: desenvolver e implementar campanhas educativas sobre a importância da prevenção de doenças crônicas e a adoção de hábitos saudáveis.

c) Capacitação: promover programas de educação continuada para profissionais de saúde sobre a prevenção e manejo de doenças crônicas.

d) Prevenção: implementar programas de prevenção em escolas, locais de trabalho e comunidades, focando na redução de fatores de risco como tabagismo, sedentarismo e alimentação inadequada.

e) Acompanhamento: estabelecer protocolos de monitoramento contínuo para indivíduos em risco, incluindo check-ups regulares e exames preventivos.

f) Tecnologia: utilizar tecnologias de telemedicina para acompanhamento remoto e orientação personalizada.

g) Visão integrada: integrar os programas de prevenção com outras iniciativas de saúde pública, como campanhas de vacinação e controle de doenças transmissíveis.

b) Potenciais parceiros: mapear empresas de telemedicina que oferecem serviços de qualidade e que poderiam atuar em parceria com o município para ampliar o acesso a cuidados de saúde.

c) Contratação: elaborar contratos claros e detalhados, baseados em bons estudos de viabilidade econômico-financeira, jurídica e técnica, assegurando que os termos sejam mutuamente benéficos e alinhados com as necessidades de saúde da população local.

d) Operação: implementar serviços de telemedicina em parceria com empresas especializadas, oferecendo consultas e diagnósticos remotos para aumentar o acesso e a eficiência do atendimento médico.

e) Acompanhamento: estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação contínua das parcerias e contratos, garantindo a qualidade do serviço prestado e fazendo ajustes necessários para melhoria contínua.

f) Participação: buscar engajar a comunidade e divulgar as novas parcerias e serviços disponíveis, promovendo a utilização das novas ferramentas e aumentando a confiança nos serviços de saúde oferecidos.

42. ESTABELEECER PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E CONTRATUALIZAÇÕES NA SAÚDE:

Contratualizar serviços de saúde, seja por meio de parcerias público-privadas (PPPs), ou por outros instrumentos, aproveitando casos de sucesso. Entender que a aplicação dessas formas contratuais pode ocorrer não somente para gestão de hospitais e UBSs, mas também para fornecimento de serviços, como centrais de diagnóstico e serviços de telemedicina, sempre objetivando melhorar os serviços de saúde no município.

Como fazer:

a) Mapeamento: identificar e analisar casos de sucesso de parcerias público-privadas na saúde, tanto a nível nacional quanto internacional, para compreender melhores práticas e aplicá-las no município.

NOSSAS ESCOLAS

Modernizar a educação no município é essencial para garantir um ensino de qualidade e promover a liberdade de escolha. Um diagnóstico detalhado revelará carências e desigualdades, enquanto um pacto pela educação envolverá a sociedade em compromissos claros. Melhorar a gestão e fomentar parcerias com o setor privado, como vouchers educacionais e escolas geridas por entidades sem fins lucrativos, expandirá a oferta e elevará os padrões de ensino. Investir em capacitação e tecnologia assegurará uma gestão eficiente e baseada em dados, promovendo melhorias contínuas para todos os alunos.



Agenda de 100 dias

43. REALIZAR UM DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO:

Realizar um diagnóstico completo da situação dos serviços de educação, mapeando dados de professores, infraestrutura escolar, resultados acadêmicos e desigualdades entre escolas, com compromisso de apresentar um relatório detalhado à sociedade com planos específicos de melhorias.

Como fazer:

a) Mapeamento de dados educacionais: mapear o quantitativo de professores, número de matrículas por escola, padrões de salários, planos de carreira, regimes de trabalho, mecanismos de incentivo à produtividade e relação número de alunos por professor.

b) Mapeamento dos contratos educacionais: realizar um levantamento detalhado de todos os contratos vigentes na área de educação municipal, abrangendo fornecimento de materiais didáticos, merenda, serviços terceirizados, obras e infraestrutura, capacitação de professores e tecnologias educacionais.

c) Avaliação da infraestrutura escolar: avaliar a infraestrutura das escolas, incluindo mobiliário, acesso à água, energia, conectividade à internet, transporte escolar, qualidade da alimentação oferecida e indicadores nutricionais da comunidade escolar, bem como disponibilidade de material didático.

d) Análise dos resultados acadêmicos: analisar os resultados das escolas em avaliações existentes, como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e outras avaliações internas e externas.

e) Priorização de escolas: identificar desigualdades entre as escolas e priorizar aquelas que necessitam de maior atenção

e investimentos para reduzir disparidades educacionais.

f) Compromisso de gestão: estabelecer um compromisso de gestão transparente, apresentando um relatório detalhado à sociedade com os resultados do diagnóstico e compromissos específicos para melhorar a qualidade da educação.

44. PROPOR UM PACTO PELA EDUCAÇÃO:

Abrir um diálogo com a sociedade para estabelecer um compromisso conjunto pela educação, por meio de reuniões, apresentação de indicadores e metas claras, e criação de uma carta de compromissos para promover transparência e engajamento.

Como fazer:

a) Participação ampla e aberta: realizar reuniões com pais, professores, entidades religiosas, organizações da sociedade civil e Ministério Público para discutir desafios e oportunidades na educação local.

b) Indicadores e metas: apresentar indicadores educacionais existentes e futuras metas claras para melhorar a qualidade da educação, como índices de aprovação, desempenho em avaliações e condições da infraestrutura escolar.

c) Carta de compromissos: elaborar uma carta de compromissos que estabeleça responsabilidades claras para todos os envolvidos no processo educacional, permitindo à sociedade cobrar resultados e apoiar iniciativas de melhoria contínua.

Agenda de legado

45. MELHORAR A GESTÃO DO SISTEMA ESTATAL DE ENSINO:

Aprimorar a rede municipal de educação por meio de uma gestão eficaz, envolvendo os pais, focando nos interesses dos alunos, avaliando constantemente o desempenho das escolas e dos

professores, e utilizando dados para monitorar e buscar melhorias contínuas.

Como fazer:

a) Envolvimento das famílias: promover o envolvimento ativo dos pais no dia a dia das escolas, por meio de reuniões, conselhos escolares e participação em eventos educacionais, além da transparência de informações.

b) Foco nos alunos: colocar os alunos no centro das decisões educacionais, assegurando que todas as iniciativas e políticas estejam alinhadas para promover seu bem-estar, aprendizado e desenvolvimento integral.

c) Avaliação contínua: realizar avaliações do desempenho das escolas e dos professores de forma regular, pelo menos três ou quatro vezes ao ano, para monitorar progressos e identificar áreas de melhoria.

d) Uso de dados: utilizar dados educacionais para monitorar o desempenho escolar, identificar problemas e implementar estratégias eficazes de melhoria contínua.

b) Escolas charter: contratar entidades sem fins lucrativos, cooperativas ou organizações religiosas para gerir escolas públicas, adotando o modelo de charter schools, com foco em inovação e qualidade educacional.

c) Parcerias público-privadas: estabelecer parcerias público-privadas para a construção e gestão de novas escolas, garantindo infraestrutura adequada e melhorando o acesso à educação de qualidade.

d) Colaboração com Sistema S: colaborar com serviços sociais autônomos, como o Sistema S, para oferecer programas educacionais complementares e de formação profissional nas escolas públicas.

46. AMPLIAR AS PARCERIAS COM O SETOR PRIVADO:

Expandir a oferta e a qualidade do ensino por meio de parcerias com o setor privado, implementando vouchers educacionais, contratando entidades sem fins lucrativos para gestão de escolas públicas, realizando parcerias público-privadas para construção e gestão de escolas e colaborando com serviços sociais autônomos para oferta de educação.

Como fazer:

a) Vouchers educacionais: implementar vouchers educacionais para alunos de menor renda, permitindo que frequentem instituições privadas que atendam aos critérios estabelecidos e garantindo liberdade de escolha para os pais.

NOSSA GENTE

A implementação de uma agenda governamental para atender aos cidadãos em situação de vulnerabilidade é essencial para garantir os direitos básicos. Políticas eficazes não só melhoram a qualidade de vida das populações mais necessitadas, mas também impactam positivamente toda a comunidade, fortalecendo a rede de proteção social e fomentando um ambiente mais estável para o desenvolvimento econômico e social.



Agenda de 100 dias

47. GARANTIR QUE O SUPORTE CHEGUE A QUEM PRECISA:

Fortalecer a rede de suporte social para os cidadãos em situação de vulnerabilidade, por meio de ações que incluam identificação precisa dos beneficiários, auditoria de dados, busca ativa, capacitação de assistentes sociais, contratação adicional, estabelecimento de indicadores, avaliação de satisfação, monitoramento contínuo e melhoria da gestão e fiscalização dos recursos.

Como fazer:

a) Identificação: utilizar dados do Cadastro Único e outras bases municipais para identificar rapidamente os beneficiários do Bolsa Família.

b) Análise de informações: realizar uma auditoria rápida dos dados existentes no Cadastro Único para identificar inconsistências e áreas prioritárias de melhoria.

c) Busca ativa: mobilizar equipes de assistência social para realizar uma busca ativa intensificada, oferecendo incentivos financeiros e logísticos.

d) Treinamento: oferecer cursos rápidos de capacitação e atualização para assistentes sociais, priorizando técnicas de busca ativa e avaliações precisas.

e) Reforço: contratar temporariamente assistentes sociais adicionais para aliviar a sobrecarga e garantir atendimento imediato, quando houver tal necessidade.

f) Indicadores: estabelecer indicadores de desempenho para cada ação e iniciar o monitoramento regular dos resultados obtidos.

g) Avaliação: realizar pesquisas de satisfação com os beneficiários para avaliar a eficácia das ações iniciais e identificar áreas de

melhoria.

h) Monitoramento: desenvolver um sistema robusto de monitoramento e atualização contínua do Cadastro Único para garantir que apenas os beneficiários que realmente precisam recebam os recursos.

i) Capacitação: capacitar as equipes municipais para melhorar a gestão e a fiscalização da distribuição dos recursos do Bolsa Família, evitando fraudes e erros.

Agenda de legado

48. INCENTIVAR A AUTONOMIA E O EMPREENDEDORISMO:

Promover a autonomia dos beneficiários por meio de programas de capacitação profissional e apoio ao empreendedorismo, incluindo ações de análise de oportunidades, formação, desenvolvimento de arranjos produtivos, apoio técnico, estratégias de distribuição, facilitação de financiamento, parcerias educacionais, monitoramento contínuo e promoção de eventos.

Como fazer:

a) Análise de oportunidades: realizar diagnósticos territoriais para identificar as vocações e demandas econômicas de cada região, considerando as potencialidades e oportunidades locais.

b) Formação: oferecer cursos de capacitação focados em habilidades de alta demanda e áreas emergentes que se alinhem com as vocações regionais.

c) Desenvolvimento: incentivar a formação de arranjos produtivos locais, refletidos nas vocações naturais identificadas, e outros empreendimentos que utilizem recursos locais, fornecendo suporte técnico e logístico.

d) Apoio técnico: oferecer apoio técnico contínuo aos novos empreendedores, incluindo orientação sobre práticas de negócios

sustentáveis, gestão financeira, e estratégias de mercado, por meio parcerias com entidades como SEBRAE ou outras que atuem nesse campo.

e) Distribuição: desenvolver estratégias de escoamento da produção, como melhorias na embalagem e na logística, para aumentar a competitividade dos produtos locais nos mercados regionais e nacionais.

f) Financiamento: estabelecer parcerias para facilitar o acesso ao crédito e oferecer incentivos financeiros, como microcréditos e subsídios, para novos empreendedores em situação de vulnerabilidade, estimulando a criação de negócios sustentáveis.

g) Capacitação: estabelecer parcerias com instituições de ensino e ONGs para desenvolver programas educacionais e de formação que atendam às necessidades dos beneficiários, promovendo uma educação continuada e inclusiva.

h) Monitoramento: implementar um sistema de monitoramento e avaliação contínua para acompanhar o progresso dos programas de capacitação e empreendedorismo, ajustando as estratégias conforme necessário para garantir o sucesso das iniciativas.

i) Eventos: estimular que organizações privadas e associativas organizem feiras e eventos de negócios para que os novos empreendedores possam expor e comercializar seus produtos, facilitando a interação com potenciais clientes e parceiros comerciais.

NOSSA SEGURANÇA

Garantir a segurança pública é essencial para promover a qualidade de vida e o bem-estar dos cidadãos. Uma sociedade segura proporciona um ambiente propício para o desenvolvimento econômico e social, incentivando investimentos e melhorando a confiança da população nas instituições. O fortalecimento da segurança pública deve ser pautado por princípios de eficiência, transparência e respeito aos direitos individuais. No contexto municipal, é crucial estruturar o papel da Guarda Municipal e estabelecer parcerias estratégicas com as forças estaduais, implementando políticas que previnam o crime e promovam a integração comunitária.

Agenda de 100 dias

49. FORTALECER A GUARDA MUNICIPAL E PROMOVER A COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL:

Realizar um diagnóstico completo da situação atual da segurança no município, com foco na atuação da Guarda Municipal e na cooperação com a polícia estadual. Implementar medidas imediatas para aumentar a presença e a eficiência da Guarda Municipal, além de promover ações de conscientização e engajamento comunitário.

Como fazer:

a) Diagnóstico: realizar um mapeamento detalhado das áreas de maior incidência criminal, identificando pontos críticos e



necessidades específicas da comunidade. Avaliar a estrutura e os recursos disponíveis na Guarda Municipal, quando houver, incluindo efetivo, equipamentos e tecnologia.

b) Interação com outras políticas públicas:

a partir de diagnóstico das regiões mais violentas, avaliar e implementar ações para minimização de oportunidades para violência e crimes, como melhoria da iluminação pública, estabelecimento de pontos de monitoramento eletrônico e a promoção de ações da assistência social em zonas de maior concentração de risco.

c) Capacitação:

oferecer treinamento contínuo para os agentes da Guarda Municipal, focando em técnicas de policiamento comunitário, mediação de conflitos e uso de tecnologia na prevenção ao crime.

d) Cooperação interinstitucional:

estabelecer canais de comunicação e colaboração com as forças de segurança estaduais, promovendo operações conjuntas e a troca de informações para aumentar a eficácia das ações de segurança.

e) Engajamento comunitário:

implementar programas de segurança comunitária, incentivando a participação ativa dos moradores na vigilância de seus bairros e na construção de um ambiente seguro.

Agenda de legado

50. DESENVOLVER UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL:

Elaborar e implementar um plano municipal de segurança pública que contemple ações de longo prazo, focando na prevenção ao crime, na inclusão social e na modernização das forças de segurança.

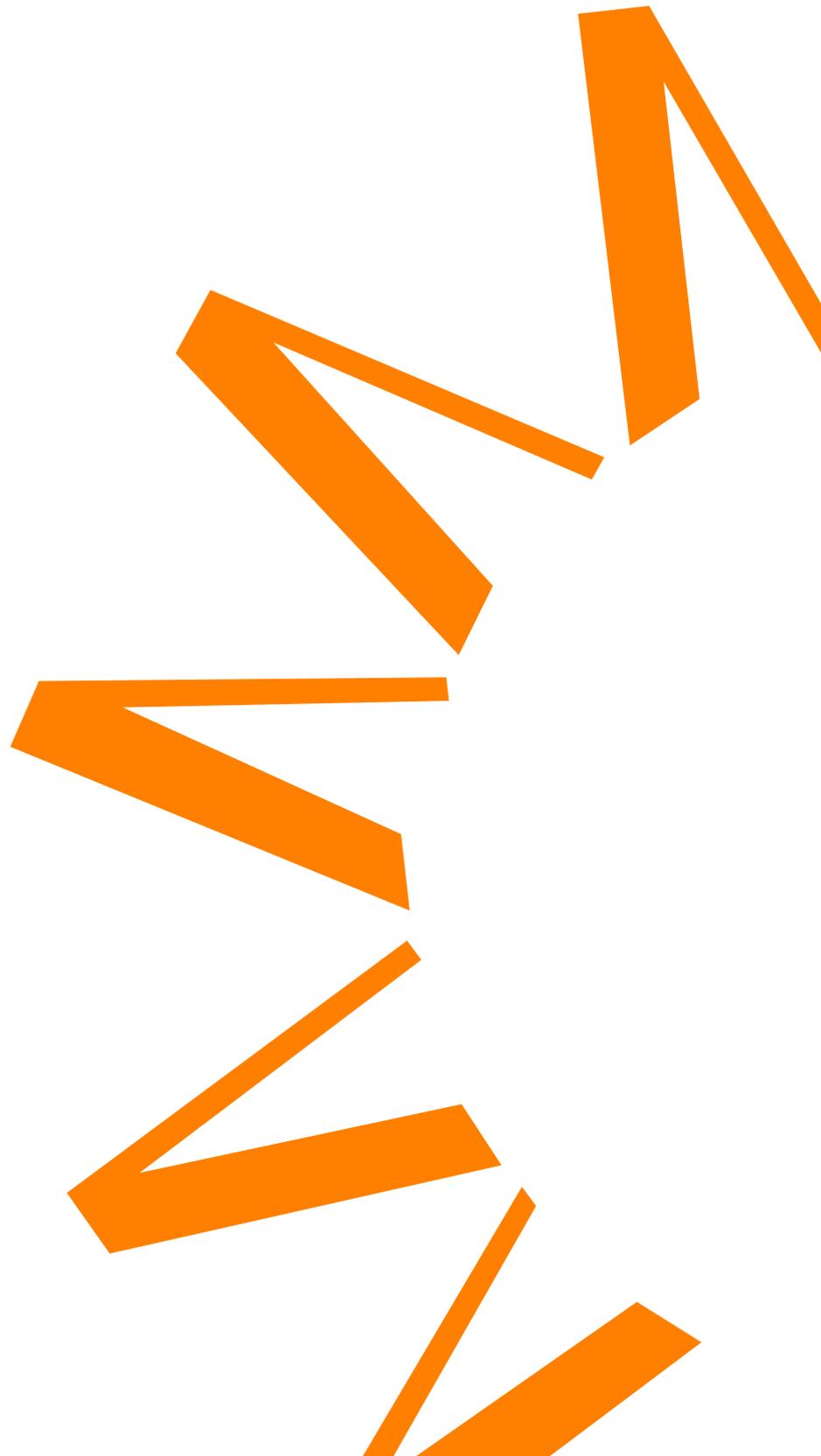
Como fazer:

a) Planejamento estratégico: criar um plano diretor de segurança pública, com metas claras e indicadores de desempenho, baseado em dados estatísticos e na participação da comunidade.

b) Tecnologia e inovação: investir em tecnologias de monitoramento e inteligência, como câmeras de vigilância, sistemas de alerta e *softwares* de análise de dados criminais, para otimizar a atuação das forças de segurança. Considere inclusive a utilização de ferramentas de inteligência artificial para, através dos dados de criminalidade, antecipar tendências e otimizar alocação de recursos policiais.

c) Infraestrutura: modernizar e expandir a infraestrutura da Guarda Municipal, incluindo a construção de novas bases operacionais e a aquisição de equipamentos modernos.

d) Prevenção ao crime: implementar programas de prevenção ao crime que atuem nas causas sociais da violência, como projetos de inclusão para jovens em situação de vulnerabilidade, ações educativas nas escolas e promoção de atividades culturais e esportivas.





millenium

